



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 7 de maio de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO Editorial .....	2
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil .....	3
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Dormindo sem pesadelos .....	4
JORNAL DO COMMERCIO OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up .....	5
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO 'Difícilmente a ZFM vai sair incólume" .....	6
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Mdic .....	7
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Governador e prefeito unidos pela ZFM .....	8
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Brasil perde tempo e tecnologia .....	9
JORNAL DO COMMERCIO ECONOMIA	
A CRITICA CAPA .....	10
A CRITICA Cruzada em favor do ICMS de 12% para o AM .....	11
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA Cruzada em favor do ICMS de 12% para o AM (continuação) .....	12
A CRITICA TEMA DO DIA	
A CRITICA ZFM: MAIS UM EMBATE .....	13
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA sim & não .....	14
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA sobe e desce .....	15
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA Poucas Palavras .....	16
A CRITICA OPINIÃO	
A CRITICA ICMS e ZFM: discussões .....	17
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Motivos para tratamento diferenciado .....	18
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Inflação no País preocupa FMI .....	19
A CRITICA ECONOMIA	
A CRITICA Cartas .....	20
A CRITICA CIDADES	

<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> CAPA .....	21
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Editorial .....	22
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Claro & Escuro.....	23
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Omar, Arthur e parlamentares fazem ofensiva em favor da Zona Franca .....	24
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Aeroporto de Manaus começará a liberar cargas 24 horas por dia .....	25
<b>MASKATE</b> CAPA .....	26
<b>MASKATE</b> Fala Sério .....	27
<b>MASKATE</b> Fala Sério (continuação) .....	28
<b>MASKATE</b> Zona Franca está sob o fio da navalha .....	29
<b>MASKATE</b> Zona Franca está sob o fio da navalha (continuação) .....	30
<b>MASKATE</b> Manaus será ligada a Guiana Inglesa .....	31

CAPA

# Amazonas unido contra ataques à ZFM

**S**enado vota hoje os destaques ao relatório do projeto de resolução 01/2013 que modifica a alíquota interestadual do ICMS. Políticos, representantes da bancada amazonense no Congresso, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira e representantes da indústria do PIM se reuniram ontem a noite

para elaborar as últimas estratégias de defesa para apresentarem ao senado, durante a reunião do CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), formada por 27 senadores. Eles também visitaram os senadores que integram a CAE. A votação está agendada para às 15h na Sala 3 da Ala Senador Nilo Coelho.

**Página A5, A6 e A7**

## Editorial

### Um perigo real e iminente

Uma pequena parcela da população de Manaus nasceu aqui ou vive aqui desde o início do século passado. Estas testemunhas oculares da história viram a cidade sucumbir categoricamente depois do de-

clínio da produção de borracha. Aquele povoado que cercava o Teatro Amazonas viu a riqueza ir embora, e boa parte do povo também.

Pois bem, muito se fala dos perigos que rondam a Zona Franca de Manaus. Nunca é demais

lembrar que o modelo de desenvolvimento foi implantado na cidade em 1967 pelos militares, como forma de evitar que o êxodo do amazonense tornasse ainda mais vulnerável a fronteira brasileira com os países andinos.

O que aconteceria com o Amazonas, e em especial com Manaus, caso a Zona Franca fosse extinta, seria ainda pior que a decadência ocorrida depois do período áureo da borracha. Algo como se registrou em algumas

idades americanas, depois da falência de projetos desenvolvimentistas: prédios fantasmas por todos os lados, debandada geral dos que aqui vieram em busca do eldorado financeiro e dos próprios nativos, sem alternativas.

A falta de profissionalismo com que se tratam alguns setores indica claramente a dependência nociva que o amazonense desenvolveu em relação à Zona Franca. O turismo, o extrativismo mineral sustentável e a pesca, que na-

turalmente gerariam emprego e renda, mesmo sem as indústrias do Polo Industrial, são relegados a segundo e terceiro plano pelos sucessivos governos. Logo, é melhor lutar pela manutenção do modelo e quem sabe por sua perenização.

É triste ver o Estado de Roraima assumir a dianteira nacional da produção de tambaquis. Também é constrangedor ver a Petrobras reinjetando gás, ao invés de colocá-lo no mercado nacional e internacional. E não

se justifica que Belém do Pará ainda seja a porta de entrada para o turista que vem conhecer as belezas da Amazônia.

Que ninguém se iluda: não existem perspectivas reais de que, nas próximas duas décadas, pelo menos, uma alternativa econômica esteja em pé no Amazonas. Resta-nos torcer para que, hoje, no Senado, nossos políticos consigam garantir a alíquota do ICMS diferenciada, para que se mantenha o fôlego do Estado por mais um tempo.

## Frente & Perfil

### Veto

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga, se os destaques que prejudicam o Amazonas forem aprovados, restará ainda o veto da presidente Dilma Rousseff, ao que tudo indica já garantido. Pelo menos foi isso que ela disse ao governador Omar Aziz, em telefonema trocado entre os dois na última sexta-feira.

### Até quinta

O prefeito Arthur Neto permanecerá em Brasília até quinta-feira, data em que está prevista sua audiência com a presidente Dilma. Ele não quis comentar a possibilidade dela conversar antes com Eduardo Braga. O fato é que o adiamento da reunião se deveu a uma precaução da petista. Ela quer se inteirar sobre o cenário político do Estado antes de receber o adversário.

### Apoio

Corria ontem forte boato de que Arthur poderia acenar com um apoio dele a Dilma no Amazonas. Para isso, seria necessário que ele realmente trocasse de partido, o que, pelo menos por enquanto, está descartado. O engajamento na campanha de reeleição da petista poderia se dar, entretanto, nos bastidores, não oficialmente. Para isso colaboraria uma enorme decepção do político com o PSDB nacional.

## Mobilização finalmente acontece

Políticos e empresários do Amazonas resolveram se unir e desde ontem estão em Brasília fazendo lobby pela manutenção da alíquota diferenciada de 12% nas transações interestaduais para o Estado. O governador Omar Aziz e o prefeito Arthur Neto já estão na capital federal. Até o PT entrou em campo. O ex-senador João Pedro Gonçalves foi ao gabinete do paulista Eduardo Suplicy tentar convencê-lo a retirar o destaque que reduz para 7% a alíquota que compete ao Amazonas. Era realmente necessário deixar de lado as diferenças políticas para tentar influenciar em matéria tão importante. Por isso, é possível que hoje, durante a votação no Senado, sejam registradas cenas antes impensáveis, com adversários atuando lado a lado.



Fotos: Divulgação

### Artífices da luta

A articulação dos empresários e dos políticos amazonenses em Brasília mostra a força, a organização e a capacidade técnica das entidades representativas das empresas do polo incentivado amazonense que desde o princípio da batalha pela manutenção das vantagens tributárias da ZFM têm se colocado na linha de frente em todas as disputas. Destaque para o Cieam e a Fieam.

### Energia solar

O deputado Sinésio Campos (PT) foi ao Rio de Janeiro na semana passada participar de uma reunião da Empresa de Pesquisa Energética e aproveitou para

pedir a instalação de usinas fotovoltaicas (painéis solares) em 36 municípios do Amazonas. Elas garantiriam o abastecimento de energia elétrica nas residências rurais de difícil acesso, às margens dos rios, lagos e ilhas.

### Exemplo

De acordo com o parlamentar, no ano passado, o governo federal, por meio da Empresa Amazonas Energia, implantou 13 usinas solares no município de Novo Airão (a 115 quilômetros de Manaus). O parque elétrico atende mais de 120 residências, que não haviam sido contempladas pelo Programa Luz Para Todos por conta das dificuldades de instalação da rede elétrica

convenional. Trata-se de uma contradição.

### Contradição

A Secretaria de Segurança Pública passou todo o final de semana anunciando que o bairro do Mauzinho havia deixado de ser considerado "área vermelha", porque registrou redução de 70% nos índices de homicídio e de 51% nas ocorrências de roubos, de janeiro a abril deste ano, em comparação com igual período do ano passado. Os dados são da Secretaria Executiva do Ronda no Bairro, que atribui o resultado à instalação do programa no local. Isso tornaria dispensável a grande reforma e ampliação do 29º Distrito Integrado de Polícia, instalado ali.

### Férias

O episódio do erro cometido por um site, ao anunciar a prisão dos vereadores Reizo Castelo Branco (PTB) e Hiram Nicolau (PSD), serviu para mostrar que os parlamentares aproveitaram bem o feriado do Dia do Trabalho. Ambos embarcaram para um período de férias que durou toda a semana passada.

### Casório

O casamento da filha mais velha do senador Eduardo Braga está virando notícia na mídia local e nacional. O colunista Felipe Patury, da revista "Época", pu-

blica na edição desta semana que o evento terá 600 convidados e a conta vai ser paga pelo pai da noiva. Brenda Braga casa no dia primeiro de junho com o empresário Saulo Furtado. A cerimônia civil ocorre em Manaus e a religiosa, seguida de recepção, em Trancoço, na Bahia. Está prevista a presença da presidente Dilma Rousseff.

### Reapareceu

Aliás, o casamento de Brenda trouxe de volta aos holofotes o segundo suplente de seu pai no Senado, o empresário Lírio Parisotto. Ele será um dos padrinhos. E como um dos maiores colecionadores de vinho do país, garantiu o estoque da bebida que será servido na festa. Dono da Videolar, o gaúcho havia aparecido na mídia pela última vez quando revelou a relação com a celebradíssima Luiza Brunet, que deve acompanhá-lo no evento.

### Crítica

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Josué Neto (PSD), vem sendo muito criticado por manter no posto de diretor geral da Casa o administrador Wander Motta. Ele é acusado pelo Ministério Público por haver avalizado o superfaturamento na obra do edificação-garagem da Casa, na gestão do ex-presidente Ricardo Nicolau (PSD). Neto vinha sendo elogiado pela forma como conduzia o Poder, mas esbarrou nesse rumoroso caso, no qual não está diretamente envolvido.

## Dormindo sem pesadelos

POR EUSTÁQUIO LIBÓRIO\*

No dia 26 de novembro de 2008, a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, entregou a parlamentares da Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados um estudo sobre a renúncia fiscal que deveria servir como suporte às propostas em discussão para a reforma tributária.

De acordo com aquele estudo, os Estados do Sudeste eram beneficiados com 40,2% do total do que a Receita Fe-

deral classifica como gastos tributários e nada mais são que as renúncias fiscais. O mesmo estudo informa que o Sudeste, à época, era responsável por 56,5% do produto interno bruto (PIB).

A região Norte, onde está situada a Zona Franca de Manaus (ZFM), além de outras zonas de exceção tributária, ficou em segundo lugar no quinhão de gastos tributários com 19,6% do bolo.

A ZFM, ao contrário de ou-

tros empreendimentos como os localizados na China, não seguiu o figurino quando foi criada pelos militares em 1967. O objetivo da ZFM era atrair e manter, na Amazônia, a presença brasileira. Tanto é assim que o slogan do governo era de "integrar para não entregar".

Enquanto as zonas francas instaladas em outras regiões do planeta têm objetivos como produzir para exportar, criar comércio forte ou mesmo ser um polo atrator e fixador de novas tecnologias, por aqui o objetivo foi completamente diferente, isto é, garantir a soberania brasileira.

A Amazônia, e a Zona Franca de Manaus, como se sabe, continuam nas mesmas coordenadas geográficas, em meio à floresta e da maior bacia hidrográfica do mundo e, após 46 anos da implantação do modelo, dois dos principais problemas se mantêm: o primeiro é a dificuldade de acesso e o segundo é o fornecimento precário de energia elétrica. A esses dois gargalos pode-se acrescentar um terceiro que é a falta de ligação rodoviária com o restante do país.

Em 1999, o governo federal montou um plano de incentivos fiscais para facilitar, às expen-

sas do contribuinte, a importação de equipamentos pesados para exploração do petróleo contido nas jazidas submarinas do pré-sal. Em cinco anos, de 2000 a 2005, os gastos tributários com esse incentivo à indústria milionária do petróleo abocanhou a bagatela de R\$ 25,7 bilhões com a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação (II).

Estamos em 2013 e as informações acima demonstram o quanto pouco nossos representantes no Congresso Nacional têm feito para estar, se não na dianteira de medidas que podem vir a atropelar a Zona Franca de Manaus, pelo menos poderiam estar mais atentos aos eventuais percalços a serem enfrentados com argumentos técnicos, como vai acontecer hoje no Senado Federal.

\* É jornalista E-mail: [liborio.eus@uol.com.br](mailto:liborio.eus@uol.com.br)

## Follow-Up



### ZFM - a economia da proteção ambiental

A nova ameaça à sobrevivência da Zona Franca de Manaus tem provocado reações desencontradas, mobilizações extemporâneas, e saídas improvisadas que sugerem que chegaremos a lugar algum. Ninguém precisa nos dizer que é hora de repensar a Zona Franca, nem desferir golpe de intimidação e de distorção como se aqui estivessem instalados oportunistas de ocasião. São mais de quatro décadas de luta para manter praticamente intacto um patrimônio genético que qualquer país desenvolvido já teria transformado em almoxarifado vivo e dinâmico de respostas às demandas da Humanidade de alimento, energia, fármacos e cosméticos, com inteligência e responsabilidade ambiental. Os empreendedores aqui instalados têm feito sua parte, não apenas com a contrapartida financeira das compensações fiscais para os programas de Pesquisa e Desenvolvimento, de Turismo e custeio das cadeias

produtivas através da Agência de Fomento, AFEAM, cujo relatório de 2012 traz avanços substantivos e convites explícitos de continuar investindo neste caminho promissor os dividendos do modelo Zona Franca de Manaus. A decisão, porém, é política, escapa às funções e responsabilidades dos empreendedores, a quem cabe se manifestar apenas e sempre quando as decisões envolverem seus empreendimentos e compromissos daí decorrentes.

#### Integração geopolítica e produtiva

É o caso da proposta política de ampliar Áreas de Livre Comércio-ALC pelos estados da Amazônia, uma estratégia de ampliar o leque de apoio à ZFM que, a rigor é uma ALC, e que está estruturada dentro de um projeto estratégico de ocupação, zelo e guarda do patrimônio amazônico. Partilhar esse mecanismo merece atenção e prudência, posto que

assim colocado pode fragmentar as premissas que dão sustento ao modelo original. Qualquer outra iniciativa precisa ser seguida de planejamento estratégico e custeio da infraestrutura, e só faz sentido promover novos mecanismos de isenção fiscal dentro de uma articulação técnica e política que leve em conta a vocação de negócios de cada micro ou sub-região. Na região de Benevides, no Pará, para dar um exemplo, uma empresa de cosméticos emprega 2500 fami-

**A decisão, porém, é política, escapa às funções e responsabilidades dos empreendedores**

#### Biotecnologia em rede

A integração estratégica da região era a premissa sagrada da BioAmazônia, uma empresa mista criada simultaneamente ao Centro de Biotecnologia da Amazônia, na virada do Século, que integraria em rede os la-

boratórios de pesquisa em biodiversidade de todo o país, da Mata Atlântica, passando pelo Cerrado, incluindo o Pantanal e integrando tudo ao bioma amazônico. Um nacionalismo vesgo, à época, tratou os primeiros projetos em parceria com empresas estrangeiras - para a produção de fármacos para enfrentar as mazelas tropicais: malária, hepatites, dengue, entre outras - como biopirataria explícita, pela entrega aos laboratórios estrangeiros dos princípios ativos da floresta.

A gritaria foi competente e eficaz para abortar tais projetos. Expulsos do país acabaram por instalarem-se em Singapura, onde foi criada uma Biopolis, que produz alguns dos medicamentos que o Ministério da Saúde compra para atenuar algumas doenças da região, as mesmas aqui referidas. Uma agência público-privada foi criada e desde então organiza e coordena pesquisas e negócios do setor <http://www.a-star.edu.sg/>, com a participação e captura permanente dos grandes talentos em biotecnologia do planeta.

#### Partilha e cumplicidade

Os estados vizinhos que co-

meçam a levantar-se contra a Zona Franca de Manaus são os mesmos que recebiam parte dos recursos da Suframa, as taxas pagas pelas empresas aos serviços prestados pela autarquia. Esses recursos eram destinados às atividades geradoras de emprego, frequentemente financiavam infraestrutura e serviam para manter as bancadas minimamente articuladas em torno da ZFM. Faltou dizer a elas que a maior parte (quase 55%) dos resultados alcançados pelos benefícios fiscais, ou seja, a riqueza produzida por empresas industriais na Zona Franca de Manaus (ZFM), são destinados ao governo central. Quem demonstrou isso, Faculdade de Economia e Administração e Economia da Universidade de São Paulo, nada tem a ver com a ZFM ao demonstrar que da riqueza aqui produzida 54,42% vão para o governo, 27,28% são distribuídas entre os empregados e apenas 1,82% ficam com os proprietários das empresas. Em compensação, no restante do País o governo recebe 41,54% de toda a riqueza produzida, os empregados ficam com 36,31% e os empresários com 6,44%.

Nosso poder e riqueza - Em

2009, O Centro da Indústria do Estado do Amazonas ajudou na publicação/divulgação de um precioso estudo sobre "Os Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia - A Experiência do Polo Industrial de Manaus", onde ficou demonstrado que a ZFM conseguiu gerar riqueza econômica, produzir melhoria social e gerar externalidades ambientais significativas. São resultados com alcance e benefícios nacionais e mundiais, tanto pela redução dos gases do efeito estufa, como pela manutenção do banco genético onde um dia, o governo brasileiro vai descobrir pra valer aquilo que os países centrais, desde o Tratado de Tordesilhas já sabiam: o Eldorado é verde, é genético e habita a Amazônia! Evitar a destruição da cobertura vegetal amazônica, benefício maior da Zona Franca de Manaus, é muito mais do que gerar bilhões e bilhões de dólares em crédito de carbono, que o país ainda não soube faturar. É assegurar zelo e guarda deste monumental almoxarifado genético que a Humanidade cobiça pelo poder e riqueza que representa. Nosso poder e riqueza.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. [cieam@cieam.com.br](mailto:cieam@cieam.com.br)

## 'Difícilmente a ZFM vai sair incólume'

Por Lucas Câmara

**E**m um dia decisivo para o futuro do PIM, quando a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado discute mudanças nas alíquotas do ICMS em operações interestaduais, o professor doutor José Alberto Machado vê a votação como uma oportunidade de reinserir o modelo Zona Franca de Manaus na política de produção nacional. Na opinião de Machado, o atual modelo precisa de uma reformulação para a retomada de investimentos e prevê possíveis perdas para a Zona Franca de Manaus.

**Jornal do Commercio** – A que o senhor atribui os recentes ataques contra a ZFM vindos principalmente de parlamentares do sudeste?

**José Alberto Machado** – A ZFM não está inserida na lógica

produtiva nacional. Ou seja, ela é tratada como exceção, ela tem uma legislação excepcional e os cenários econômicos mudaram, os cenários produtivos mudaram, tanto nacional como internacionalmente. Então isso tudo muda as facilidades tributárias que ela tem.

**JC** – Então, em sua opinião, a reclamação do Sudeste é pertinente?

**Machado** – Elas fazem sentido porque acredito que a necessidade que a Zona Franca tem é de se inserir nas estratégias produtivas nacionais, ou seja, ela tem que ser parte da política de produção que está estabelecida para o Brasil inteiro. É claro que há necessidade de termos incentivos sempre; mas (é preciso ter) uma política de incentivos que esteja na mesma lógica das políticas nacionais.

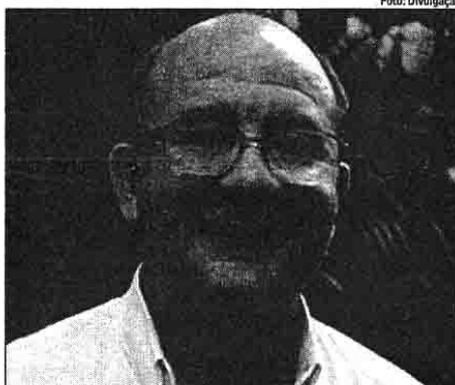


Foto: Divulgação

**JC** – Essa discussão poderá trazer algum tipo de prejuízo para o Polo Industrial de Manaus?

**Machado** – Não tenha dúvida. Existindo a diminuição para 7% não tenha dúvida que vamos ter prejuízos. Na verdade nós já

temos uma diminuição muito grande das nossas atividades com 12%, porque a diferença que nós passamos a ter se tornou muito pequena para fazer a atração de investimentos. Se baixar para 7% então a coisa fica muito mais séria. Mantendo

12% já fica difícil porque não temos outros atrativos: temos dificuldades de logística, infraestrutura e temos uma série de dificuldades. Esse diferencial já é muito pequeno. As empresas hoje já fazem muita análise para botar um empreendimento aqui; e acabam não botando. Boa parte dos empreendimentos que antes poderiam vir para cá já não estão mais vindo.

**JC** – Que resultado o senhor imagina que terá a votação de hoje?

**Machado** – É muito difícil fazer uma previsão, mas o certo é, no meu entender, que dificilmente a Zona Franca vai sair incólume, ainda que ela consiga - por uma intervenção do governo estadual ou federal - manter os 12%, ela já criou em torno de si uma reação de caráter nacional. Daqui a pouco deve aparecer, porque já está no Congresso, a discussão sobre

a extensão territorial da Zona Franca de Manaus para toda a Região Metropolitana. Daqui a pouco vai ter a votação da prorrogação do prazo. Então nessa quadra de discussões dificilmente a Zona Franca vai sair incólume. Ainda que ela consiga uma intervenção do poder executivo, ela já colocou os Estados do Sul e Sudeste contrários. E agora não é só Sul e Sudeste, porque até o Norte já se manifestou contrário porque estamos centrados em Manaus e não utilizamos mecanismos de espalhamento econômico, sobretudo na Amazônia Ocidental. Isso é um problema para a ZFM: o passivo de disputas jurídicas ficou muito grande e ficando muito grande, ainda que tenhamos a legislação a nosso favor, o capital empreendedor tem dificuldades de fazer investimentos aqui porque ele sabe que nós já não contamos mais com a boa vontade nacional.

## Mdic

# Balança tem superavit de R\$ 409 milhões em maio

O balanço comercial brasileira apresentou superavit de US\$ 409 milhões na primeira semana de maio, segundo dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

O resultado segue o deficit histórico de US\$ 994 milhões em abril, o pior já registrado no período desde o início da série histórica, em 1993. O dado positivo de maio foi puxado

pelos embarques de produtos básicos e manufaturados, que subiram, respectivamente, 13,4% e 21,8%. No total, foram contabilizados no início de maio US\$ 2,310 bilhões em exportações contra US\$ 1,901 bilhão em importações. No acumulado de 2013, o deficit comercial está em US\$ 5,741 bilhões. Os produtos semi-manufaturados apresentaram queda de 33,8%.

## Governador e prefeito unidos pela ZFM

Por Tanair Maria

O prefeito de Manaus, Arthur Neto e o governador do Estado, Omar Aziz uniram forças, em Brasília, para apresentar documento objetivo aos senadores, em defesa da ZFM (Zona Franca de Manaus). Abalada pelo projeto de reforma do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que unifica a alíquota de 12% para a toda a região incentivada pelo modelo ZFM.

O reforço político aconteceu na tarde da segunda-feira (06), durante reunião orquestrada a quatro mãos (Arthur e Omar), reunidos com o senador Eduardo Braga, deputados Atila Lins e Silas Câmara, para articular os detalhes finais do tal documento. "Agora vamos ao gabinete de cada um dos senadores, independente de partido, apresentar o documento curto e explicativo do que representa essa alíquota para o Amazonas", disse o prefeito Arthur Neto.

### Parlamentares amazonenses unidos

Nesta terça-feira, na capital federal, os parlamentares do Amazonas estarão unidos pelo mesmo discurso em defesa dos benefícios já adquiridos pelo Estado. "Trata-se de um documento claro e um discurso coerente em defesa do modelo. Não temos muita alternativa, agora é hora de impedir que os parlamentares de outras regiões

tenham nos tirar os 12% do Amazonas", esclareceu Arthur Neto.

### Governo federal fora de controle

Diante das discussões da alíquota do ICMS, que se traduzem em uma 'guerra fiscal', Arthur abriu o verbo. "A base aliada da presidente Dilma no Congresso está fora de controle", frisou.

Seguindo a maratona de compromissos, o prefeito retornará, na noite de terça-feira a Manaus para se reunir com o secretário e no dia seguinte deverá novamente embarcar para Brasília. Já na próxima quinta-feira (9), Arthur segue agenda, com reunião para apresentar a presidente, Dilma Rousseff os

projetos de infraestrutura para Manaus.

O prefeito de Manaus afirmou que vai pedir um posicionamento da presidente Dilma, uma vez que, durante a campanha eleitoral, ela garantiu que os benefícios fiscais da ZFM estavam mantidos. "Vou agir com ela com a honestidade que foi com alguns aliados. Ela está com a base fora de controle, mas também entendo que é difícil ela pedir que os parlamentares votem contra suas regiões", ponderou.

### Comissão/MP ICMS

A reunião para votar o relatório final da comissão mista destinada a examinar a MP 599/2012 que trata da ajuda

financeira da União aos Estados, Distrito Federal e municípios para compensar perdas na arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A MP também

cria o FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), vinculado ao Ministério da Fazenda, para financiar a execução de projetos de investimento para dinamizar a atividade econômica local. Está agendada para às 15 horas na Sala 3 da Ala Senador Nilo Coelho.



ADUANA  
Desembaraço aduaneiro e 3PL  
(092) 3612-0100  
www.aduana-dsp.com.br

### Por dentro

## O que é o ICMS?

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é cobrado sempre que há a movimentação de mercadorias em um território, seja ela proveniente de um Estado ou um país. O imposto também incide sobre serviços de comunicação, transporte e energia. A cobrança é feita pelos governos estaduais, que arrecadam um porcentual do valor de cada mercadoria ou serviço. O ICMS é cobrado tanto para mercadorias que circulam dentro de seus Estados de origem quanto para produtos que são vendidos para outros Estados.

O ICMS tem duas formas de cobrança. Uma delas é a interna, que é referente a mercadorias que circulam dentro de seus Estados de origem. Neste caso, a tributação fica entre 17% e 18%. A segunda tributação é exclusiva para operações em que as mercadorias saiam de seus Estados - o projeto que está em aprovação no Senado diz respeito apenas a essas transações interestaduais.

### Visita JOC



Representantes da TIM na Região Norte estiveram ontem na redução do JOC

### TIM avança com LT Amazonas

Com um investimento superior a R\$ 200 milhões, o projeto LT Amazonas TIM, espera fornecer acesso contínuo a internet em 4G. São 1.747 km de fibra óptica OPGW, ligando 27 cidades do Amazonas, Amapá e Pará. Aproveitando o corredor do Linhão de Tucuruí a operadora concluiu o maior dos três trechos

do backbone na região norte, chegando à estação de Lechuga, região metropolitana de Manaus. Em visita ao Jornal do Commercio, as representantes da TIM, Jaqueline Pina, Sheyla Modesto e Izenilda Farias aproveitaram para ressaltar a importância do projeto, onde a TIM pretende aumentar em 100 vezes a capacidade da rede de transmissão na região, prevista para o final de 2013.

## Brasil perde tempo e tecnologia

*Representantes da ABVE dizem que o país entrou com atraso no rol de países produtores de carros elétricos*

Embora não seja novidade no resto do mundo, o Brasil está entrando atrasado no terreno dos veículos elétricos. A opinião é do presidente do conselho consultivo da ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico), Jaime Buarque de Holanda. Há cerca de 13 anos, a entidade vem chamando a atenção de que seria importante o Brasil se preparar para essa transição tecnológica. "De modo geral, essa coisa não foi bem percebida aqui no Brasil", disse Holanda em entrevista à Agência Brasil.

Segundo ele, não há incentivos fiscais para o desenvolvimento do veículo elétrico no país. O Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), no caso de veículos elétricos, chega a 25%, enquanto para os carros movidos a gasolina a alíquota é até 7%. "Isso não significa que as pessoas sejam contra o carro elétrico". Trata-se apenas, disse Holanda,

de uma "inércia burocrática", uma vez que as alíquotas do imposto dizem respeito ao tamanho da câmara de combustão (espaço em que ocorrem as explosões da mistura ar-combustível em um motor).

Ele reiterou que enquanto no mundo os países oferecem redução de impostos para as empresas desenvolverem o carro elétrico, no Brasil "só agora a ficha está caindo". Holanda considerou importante a criação pelo governo fluminense de um grupo de trabalho para avaliar a implantação de uma fábrica de veículos elétricos no Estado. Ele disse que vê na iniciativa a percepção política do momento que vive a cidade, sede de vários eventos internacionais, em querer atrair o máximo de fábricas para o Rio de Janeiro.

Do mesmo modo, ele destacou o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veícu-



Carros híbridos ou elétricos terão vantagens fiscais no país

los Automotores (Inovar-Auto), dentro do Plano Brasil Maior, do governo federal, cujo objetivo é estimular o investimento na indústria automobilística nacional, por meio da inovação e da pesquisa. A estimativa é que o programa envolva, até 2015, mais de R\$ 50 bilhões em investimentos no setor. O programa oferece

vantagens do ponto de vista fiscal para quem fabricar carros com acionamento híbrido ou elétrico, de preferência usando etanol como combustível, disse Holanda. "É o primeiro despertar no Brasil para esse assunto".

Alguns fabricantes vêm desenvolvendo protótipos de ônibus elétricos e híbridos no país.

Existem, segundo Holanda, três famílias de veículos elétricos, que são distinguidos pela forma como equacionam a questão do motor a bordo.

A primeira são os trólebus, como os que há em São Paulo, por exemplo. São ônibus que circulam capturando energia elétrica transmitida por um cabo aéreo sobre o seu trajeto. A segunda categoria são os veículos híbridos, em que a energia elétrica é produzida a bordo, por meio de um gerador, embora continue dependendo de um combustível. Outra classificação são os veículos elétricos a bateria. Esta é recarregada quando ligada na rede elétrica.

### Tradição mundial

De acordo com a ABVE, de 4 milhões a 5 milhões de carros elétricos híbridos circulam atualmente pelo mundo. Esse tipo de veículo elétrico foi o que mais rapidamente atendeu às neces-

sidades do mercado, salientou Jaime Holanda. Seu lançamento foi estimulado pela questão ambiental em função da poluição urbana causada pela descarga dos veículos. Em relação aos veículos movidos a bateria, o peso ainda é um empecilho para que seu uso seja disseminado, bem como a autonomia. Holanda disse que uma autonomia de 150 quilômetros já é considerada, atualmente, razoável para alguns usos.

Na capital paulista, desde junho do ano passado vêm sendo testados com sucesso táxis elétricos modelo Nissan Leaf, de emissão zero. O projeto piloto chegou ao Rio de Janeiro em março deste ano, resultado de parceria entre a Nissan, a prefeitura local e a Petrobras Distribuidora. Os táxis podem ser recarregados em dois postos Petrobras, situados na Lagoa Rodrigo de Freitas e na Barra da Tijuca. A bateria tem autonomia de 160 quilômetros.

## Fábrica de motos no Rio de Janeiro deve priorizar elétricos

O Rio de Janeiro deverá sediar também uma fábrica de motos da Kasinski, que dará prioridade aos veículos elétricos, como scooters, bicicletas e até motos. De acordo com anúncio feito no início deste ano pela direção da empresa, em solenidade no Palácio Guanabara, a fábrica deverá ser implantada

no município de Sapucaia, na divisa com Minas Gerais.

Um dos fabricantes nacionais de veículos com tração elétrica para o transporte de carga e passageiros é a Eletra, localizada em São Bernardo do Campo (SP). Holanda ressaltou, porém, que a pioneira no Brasil em termos de produção de ve-

ículos elétricos foi a Fiat que, em parceria com Itaipu Binacional e a Kraftwerke Oberhasli (KWO), produziu uma edição limitada de veículos elétricos a bateria para a geradora de energia. Outras montadoras internacionais estão trazendo modelos de veículos elétricos para o Brasil, entre as quais a

Ford e a Toyota.

Jaime Holanda acredita que os incentivos dados pelo governo podem acelerar o processo de produção de veículos elétricos no país. A expectativa é que isso já esteja ocorrendo daqui a quatro anos. Para o cidadão, a principal vantagem é que ele é mais barato por quilôme-

tro, disse. "A conta de energia é um terço ou um quarto menor (em relação ao combustível)". Reconheceu, entretanto, que no início do processo, o custo do veículo elétrico no Brasil ainda é alto, situando-se, em média, em cerca de R\$ 200 mil. Os impactos positivos indiretos incluem eficiência e menor poluição.

Estudo da ABVE prevê que em 2020, a venda de veículos elétricos terá participação de 25% no mercado nacional automotivo, sendo 12% híbridos, 10% híbridos plug in (com maior capacidade de baterias a bordo que podem ser recarregadas a partir da rede elétrica) e 3% a bateria.

**CAPA**

VOTAÇÃO NO SENADO

# Inimigos unidos em defesa do Amazonas

Políticos do Amazonas deixaram as diferenças de lado e se reuniram em Brasília para defender a ZFM. Um dos destaques votados hoje trata da alíquota de 12% de ICMS no AM. PÁGINAS A3 E A4



Grupo do AM foi ao gabinete do senador Cristovam Buarque tentar demovê-lo da ideia de votar contra a ZFM

## Placar provável

<b>15</b>	<b>A FAVOR</b> Norte, Nordeste, Centro-Oeste, RJ e ES.
<b>09</b>	<b>CONTRA</b> Senadores de SP, PR, RS e um de Pernambuco.
<b>03</b>	<b>DÚVIDA</b> São duas dúvidas e o voto de minerva do presidente.

### Cruzada em favor do ICMS de 12% para o AM



Força-tarefa de políticos amazonenses, quando abordava o senador Cristovam Buarque (ao lado de Vanessa Grazziotin), em busca do apoio dele à ZFM

**ANTONIO PAULO**  
antonio.paulo@acritica.com.br

BRASILIA (SUCURSAL) - Preocupados com o resultado de hoje, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), quando 27 senadores vão aprovar ou rejeitar as 14 emendas-destaques oferecidas ao relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS) ao projeto de resolução do Senado nº 1/2013, que cuida da reforma do ICMS interestadual, os políticos do Amazonas deixaram as disputas e pretensões eleitorais de lado e se uniram em torno dos interesses do Estado do Amazonas. O que se viu ontem, à tarde, no Senado, foi o encontro entre o governador Omar Aziz (PSD), o prefeito de Manaus, Artur Neto (PSDB), o senador Eduardo Braga (PMDB) e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) atuando em conjunto, falando a mesma língua, entoando o mesmo discurso.

"Os destaques serão votados amanhã (hoje) e a tendência é bem favorável ao Amazonas. Há um consenso por parte dos senadores que a competitividade da Zona Franca tem que ser mantida. Estou confiante na nossa união de forças. Não tem salvador da pátria", declarou o governador Omar Aziz.

**ENCONTRO**  
A primeira reunião também com-

tou com as presenças dos deputados federais Atila Lins e Silas Câmara, ambos do PSD-AM. Traçaram as estratégias e depois saíram em comitiva para visitar os senadores indecisos. No cafezinho do Senado, eles abordaram Rodrigo Rolemberg (DF) e Pedro Taques (PDT-MT). Questionados sobre o convencimento, os senadores responderam: "Vamos analisar com calma até porque os outros Estados também fazem as suas defesas". Dessa reunião, Taques ia para outra com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que também estava em Brasília. Já passava das 19h quando o grupo de políticos, que incluía o titular da Suframa, Thomaz Nogueira, e o da Safaz-AM, Afonso Lobo, dirigiu-se ao gabinete do senador Cristovam Buarque para removê-lo da ideia de votar contra o relatório de Amaral.

De acordo com o líder do Governo no Senado e coordenador da bancada do Amazonas, Eduardo Braga, são boas as expectativas para a votação de hoje, visto que houve um acordo entre as bancadas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) telefonou para Braga e confirmou o voto favorável aos 12% da ZFM, uma promessa feita à deputada federal licenciada, Rebecca Garcia (PP-AM). Pelas costuras e articu-

**Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) - Senado**

\*\*\* Quem vota a favor e quem vota contra o 12% de ICMS da Zona Franca e Áreas de Livre Comércio (ALCs)

**TITULARES**  
Bloco de apoio ao Governo (Psol, PT, PDT, PSB, PCdoB)  
Delcídio Amaral (PT-MS) - Sim  
Eduardo Suplicy (PT-SP) - NÃO  
José Pimentel (PT-CE) - Sim  
Humberto Costa (PT-PE) - Sim  
Lindberg Farias (PT-RJ) - presidente / voto de minerva  
Cristovam Buarque (PT-RDF) - dúvida  
Rodrigo Rolemberg (PSB-DF) - dúvida  
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) - Sim  
Bloco parlamentar da maioria (PV, PSD, PMDB, PP)  
Eduardo Braga (PMDB-AM) - sim  
Sérgio Souza (PMDB-PR) - NÃO  
Valdir Raupp (PMDB-RS) - sim  
Roberto Requião (PMDB-PR) - NÃO  
Vital do Rego (PMDB-PB) - sim

Romero Jucá (PMDB-RR) - sim  
Luiz Henrique (PMDB-SC) - NÃO  
Ivo Cassol (PP-RO) - sim  
Francisco Dornelles (PP-RJ) - sim  
Kátia Abreu (PSD-TO) - NÃO  
Aloysio Nunes (PSDB-SP) - NÃO  
Cyro Miranda (PSDB-GO) - sim  
Alvaro Dias (PSDB-PR) - NÃO  
José Agripino (DEM-RN) - sim  
Jaime Campos (DEM-MT) - sim  
Armando Monteiro (PTB-PE) - NÃO  
Gim Argello (PTB-DF) - sim  
Blairo Maggi (PR-MT) - sim  
Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP) - NÃO

**TOTAL: 27 senadores titulares**

**Placar provável**  
SIM - 15 - favoráveis ao relatório de Delcídio Amaral (sem os destaques)  
NÃO - 09 - contrários ao relatório (com destaques)  
DÚVIDA - 02 (incisos)

lações, Braga acredita que parte das 14 emendas será retirada. Ele não acredita que todos os destaques sejam votados hoje.

**PLACAR**  
Até ontem, à noite, e pelas contas dos políticos amazonenses, dos 27 titulares, apenas nove são contrários aos 12% de ICMS para o Amazonas. São os senadores de SP, PR, RG e um de Pernambuco, porque têm compromissos políticos com o governador Eduardo Campos (PSB), pré-candidato a presidente da República. Há duas

dúvidas: os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rolemberg (PSB).

O parecer do relator, aprovado em 23 de abril deste ano, excepcionaliza a Zona Franca de Manaus, as Áreas de Livre Comércio do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia e os Estados importadores de gás com uma alíquota de 12%. Os Estados do Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo cobrarão 7% do ICMS nas transações interestaduais as demais unidades das Regiões Sul e Sudeste terão uma alíquota unificada em 4%.

### Disputas colocadas de lado

Pré-candidato ao Governo do Amazonas, em 2014, e tendo como prováveis adversários Omar Aziz e Artur Neto, o senador Eduardo Braga abriu ontem as portas do gabinete da liderança do Governo para receber as duas autoridades amazonenses. Omar e Artur chegaram a Brasília para promover uma articulação política em torno da votação do PRS 1/2013, que trata das alterações das alíquotas do ICMS. A chegada inesperada de Omar e Artur deu a perceber que o encontro não havia sido combinado antes e que Braga ficaria de fora da ação política do governador e do prefeito.

Ao final, todos se sentaram, baixaram a guarda e fizeram um périplo pelo senador em busca de apoio. "Eu acho que o importante é que todos estamos unidos em torno do Amazonas. A questão do polo industrial, da Zona Franca são questões nacionais, de justiça para com o Estado. A articulação política fez com que isto fosse preservado no relatório e amanhã (hoje), se Deus quiser, com a união de todos nós haveremos de ter a confirmação desta conquista importante de vantagens comparativas para a ZFM e, depois, no plenário do Senado", disse Braga.

### Blog

Artur Neto - Prefeito de Manaus

### "A decisão de cada

senador aqui tem um peso federativo muito grande e um peso econômico muito grande para nós. É um fato de vida ou de morte o que se vai decidir aqui para a Zona Franca porque, se sair tudo bem, nós não ganhamos nada, fica tudo como está; se sair mal, nós perdemos muito. Temos que mostrar que São Paulo convida os Estados pobres para uma festa que só tem ingresso para ele. Nós queremos uma festa que promova a igualdade por região, que promova a perspectiva de enrique-

cimento para o País como um todo e não com privilégio de um Estado ou de uma região sobre outras. Dei o exemplo para o secretário (de Fazenda de São Paulo), Andréa Kalabi, do governador Alckmin, que o Amapá recebe R\$ 300 milhões do BNDES; São Paulo recebe R\$ 80 bilhões. Como fica em 30 anos o Amapá e nesse ritmo, como fica SP em 30 anos? Há uma perversidade fiscal, há uma concentração de oportunidades em cima de um Estado só e é hora de juntarmos todos em favor da Zona Franca."

### Saiba mais

#### >> Tucanos

Um dos assuntos discutidos entre o governador Omar Aziz, o prefeito Artur Neto e o senador Eduardo Braga foram os discursos e manifestações do governador Geraldo Alckmin e do ex-governador José Serra. Em eventos ocorridos no domingo (convenção do PSDB) e ontem (Fecomércio/SP), as autoridades paulistas fizeram manifestações duras contra a proposta a ser votada hoje, incluindo-se aí o modelo da Zona Franca de Manaus. José Serra

disse que São Paulo está sob risco com mudanças no ICMS interestadual perversas e o acirramento de uma disputa federativa cujo resultado é negativo para o País. "O que está por trás disso é a desindustrialização, substituição de produção nacional por produção importada, porque muitos estados ainda dão subsídios para a importação". Esse também é o entendimento do governador Alckmin, o qual, em cerimônia ao lado da presidente Dilma Rousseff, criticou o projeto.

## Cruzada em favor do ICMS de 12% para o AM (continuação) **Defesa em dois flancos**

No Senado e na Câmara dos Deputados, parlamentares amazonenses saíram em defesa da ZFM

A bancada parlamentar do Amazonas, na Câmara e no Senado, também se mobilizou e se revezou no plenário das duas Casas. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) saiu em defesa da ma-

nutenção da alíquota de 12% do ICMS para a ZFM, o que resultou em um debate com o líder do PSDB, Aloysio Nunes (SP). O tucano criticou a renúncia fiscal praticada pelo modelo, mais de

R\$22 bilhões, segundo ele, valor maior do que foi aplicado no programa Bolsa Família em 2012.

Excluído o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), a senadora disse que a renúncia no

País foi de R\$ 21 bilhões na região Norte, incluindo a ZFM, e aproximadamente R\$ 60 bilhões para o Sudeste. "São R\$ 18 bilhões a renúncia do Imposto de Renda de Pessoas Físicas do

Sudeste. Eu excluí esse número porque. Com ele, chegaremos a R\$ 70 bilhões a renúncia do Sudeste do País", disse Vanessa.

"Nós vamos conferir os números depois, mas tenho a convicção de que Vossa Excelência está equivocada", disse Nunes.

Da tribuna da Câmara, o deputado Átila Lins (PMDB) classificou como perigo para os interesses do Amazonas a emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que reduz para 7% a alíquota de 12%, atualmente aplicada pelo Governo do Estado Amazo-

nas e lembra que índice foi mantido pela presidente Dilma Roussef na proposta que enviou ao Congresso Nacional, reformulando o ICMS. "Os 12% são vitais para a sobrevivência da Zona Franca e da Amazônia Ocidental. Sem esse incentivo, ninguém vai mais querer investir no Polo Industrial de Manaus por uma série de problemas - logística, distância. Se o Amazonas vier a perder os 12%, sua arrecadação do ICMS cairá 77%. O resultado imediato é o desemprego em massa", discursou Lins.

## ZFM: MAIS UM EMBATE

Em Brasília, do ponto de vista político, os dias costumam ser sempre muito pulsantes. Hoje, no entanto, para o Amazonas, a pulsação será bem maior. Afinal, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, teremos finalmente a votação dos destaques ao relatório do senador Delcídio Amaral referente ao Projeto de Resolução 01/2013, que visa acabar com a guerra fiscal no País. Dessa votação, o Amazonas poderá sair como nela entrou, ou seja, mantendo a alíquota de 12% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Interestadual ou, pelo contrário, destruído, em função da decisão

que vier a ser tomada pelos membros da CAE, onde o clima é manifestamente hostil aos interesses da Zona Franca de Manaus. Aliás, toda a correria que se viu na semana passada e ontem, na capital federal, de políticos, de empresários e de representantes dos trabalhadores amazonenses tem essa alíquota como referencial. Mantê-la significa resguardar para o Amazonas, por sua ZFM, uma fonte diferenciada de atração de negócios. Na prática, são os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado e pelo governo federal que fazem de Manaus, em particular, um local com

algumas vantagens para se produzir. Tem sido assim desde que a Zona Franca de Manaus foi criada, há 46 anos, período em que a luta por preservá-la tornou-se uma constante entre nós, com todos os sacrifícios e constrangimentos que isso nos impõe. Nesta terça-feira, em Brasília, portanto, teremos mais um episódio dessa saga. A julgar pelo que se viu desde o dia 24 de abril, quando o relatório de Delcídio Amaral ao PRS 01/2013 foi aprovado, a batalha que nos aguarda é dura, renhida, sujeita a emboscadas, claro, situação que demandará um bom plano estratégico para seu enfrentamento.

Em nosso favor, uma importante aliada: a presidente da República, Dilma Rousseff. Na semana passada, ela garantiu que nada surpreenderá o Amazonas nesse embate. Cuiçá seja assim! Em sendo, não pensem os desavisados que as nossas dores em relação à Zona Franca de Manaus terão passado. Longe disso! Quando muito, teremos ganhado uma trégua para respirar; e assim será, em última análise, até que venhamos a colocar esse modelo de desenvolvimento como meio efetivo de propulsão de algumas das nossas imensas potencialidades econômicas regionais.

## sim & não

### ICMS une opositores em Brasília

A proposta do Planalto de unificar o ICMS para pôr fim à guerra fiscal ainda é matéria sem acordo, porém, no campo político, ao menos para o AM, já produz fatos que o curso natural da história tem evitado: a união de forças divergentes do Estado. Ontem, em Brasília, o governador Omar Aziz (PSD) e o senador Eduardo Braga (PMDB), por exemplo, sentaram para conversar no mesmo local onde se encontram o prefeito Artur Neto (PSDB) e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB).

**Distância** O encontro entre Vanessa e Artur, que no ano passado trocaram acusações na eleição, foi a que mais chamou atenção. Isso porque há 21 dias, por ocasião da vinda a Manaus do presidente do PSD, Gilberto Kassab, os dois sentaram à mesma à mesa, mas não se falaram.

**Frente única** Percebendo que a união do grupo está em Brasília será imagem que não se repetirá, o prefeito Artur Neto (PSDB) disse, em tom humorado para o presidente do PT-AM, João Pedro: "João, essa é uma frente única".

**Fim** Aliás, suscitando risos, Artur interrompeu comparação que estava sendo feita pelo deputado licenciado Pauderney Avelino (DEM) entre FHC e Lula.

Pauderney se queixava de Lula na presença de petistas, quando o tucano falou: "Pauderney, você não quer manter a frente única".

**Ausente** Nem mesmo as ameaças à ZFM fazem com que o senador Alfredo Nascimento (PR) junte-se ao grupo que foi a Brasília em busca de apoio ao modelo. A ausência dele no périplo da comitiva amazonense pelos corredores do Senado foi muito comentada entre os parlamentares.

**Só hoje** Todos tentaram, mas ninguém conseguiu falar com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do destaque que tira a competitividade da ZFM na discussão da reforma do ICMS. Ele tinha encontro pela manhã com petistas do AM, mas adiou para tarde, depois para noite, e,

por fim, para hoje de manhã, antes da reunião que votará as ameaças contra o Estado.

**Explicações** Suplicy deu duas explicações à comitiva amazonense: primeiro, que ele tinha visita ao médico e a outra, que tinha reunião com o governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), o algoz da Zona Franca.

**Ultrafavorecido** Debate de cerca de meia hora que a senadora Vanessa e o tucano Aloysio Nunes Ferreira travaram ontem no plenário do Senado deu o tom de como será hoje o posicionamento de SP contra o AM. Na discussão, ele disse: "Outras regiões do Brasil terão projetos industriais desviados para a ZF em razão de um tratamento fiscal

ultrafavorecido".

**Ameaça** Pouco antes, em seu discurso, Vanessa Grazziotin havia dito, citando o nome de Aloysio Nunes: "Nós somos da parte do Brasil que é completamente apartada do Brasil. E o que nós ouvimos são discursos de que a Zona Franca de Manaus ameaça o Brasil, ameaça São Paulo".

**Correição** O corregedor do TJ-AM, Yedo Simões, enviou esclarecimento sobre nota da coluna de domingo que informava que o presidente do TJ-AM, Ari Moutinho, não teria sido convidado para evento da Corregedoria. Simões disse que o convite para a primeira correição virtual foi feito a todos os desembargadores em nome do presidente, que foi ao ato.

## PINGA FOGO

✘ Aliados de Artur Neto anteciparam que a exoneração da secretária de Cultura, Inês Daou, ocorrida ontem foi apenas o começo das mudanças que ele pretende realizar no primeiro escalão. Ninguém, porém, ainda arrisca em dizer quem será o próximo.

✘ Assim que a exoneração de Inês foi publicada na imprensa, aliados de Artur ligaram para a coluna dizendo que ela fora fritada pelo vereadores governistas e que um dos que oficializaram o pedido pela saída dela teria sido vereador Rozenha (PSDB).

✘ A base aliada do prefeito na CMM tentou emplacar o nome do vereador Arlindo Júnior, mas o escolhido para substituir Inês-Daou foi Bernardo Soares Monteiro de Paula.

### sobe e desce



#### **Guilherme Afiff**

VICE-GOVERNADOR DE SP

>>Foi escolhido para assumir a recém-criada Ministério da Micro e Pequena Empresa.



#### **Vanessa Grazziotin**

SENADORA (PCDOB)

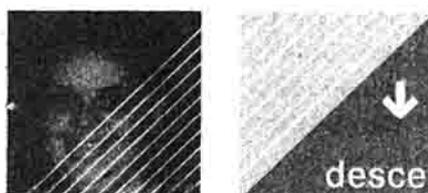
>>Por sua atuação, ontem, na tribuna do Senado, em defesa da Zona Franca de Manaus.



#### **Alfredo Nascimento**

SENADOR (PR)

>>Pela ausência dele, ontem, no encontro de líderes políticos do Amazonas em defesa da ZFM.



#### **Inês Daou**

EX-SECRETÁRIA DE CULTURA

>>Foi a primeira secretária exonerada pela gestão Artur Neto na PMM.

## Poucas Palavras

**“Eu acho que o importante é que todos estamos unidos em torno do Amazonas”**

Do senador Eduardo Braga (PMDB) sobre encontro que reuniu na mesma sala ele, o governador Omar Aziz (PSD), o prefeito Artur Neto (PSDB) e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB).

### ICMS e ZFM: discussões

Até o presidente do MPT-AM, desembargador Davi Alves, como cidadão, saiu em defesa dos 12% de ICMS para o AM

**ADAN GARANTIZADO**  
adan@critica.com.br

As discussões em torno da proposta de unificação da alíquota de ICMS continuam a todo vapor na capital amazonense. Por conta da importância da votação dos destaques ao Projeto de Resolução 01/2013, que acontece hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, autoridades e especialistas locais se empenharam em buscar soluções que impeçam o Amazonas de permanecer com a alíquota diferenciada de 12%.

Durante uma sessão que comemorava os 70 anos da CLT e o dia do trabalhador na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 11ª Região, desembargador Davi Alves de Mello, saiu em defesa da manutenção da Zona Franca. Deixando claro que não estava falando em nome do judiciário, mas sim, como cidadão, ele criticou os constantes ataques sofridos dos estados do Sudeste. "É difícil entender por que outros Estados, já evoluídos, avançados, que já têm e produzem tanto pela nação, não nos deixam produzir, não nos deixam integrar este enorme patrimônio chamado Brasil", disse Mello, que também se posicionou sobre a má distribuição de

**Frase**

“Os benefícios não seriam necessários se a riqueza nacional fosse mais bem distribuída”  
Davi Alves de Mello  
Desembargador do TRT

renda que afeta o país. "Estes benefícios não seriam necessários se os demais Estados se voltassem para nós e se a riqueza nacional fosse mais bem distribuída", completou.

Para o presidente Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Sindifisco), Joaquim Corado, boa parte dos representantes do Estado em Brasília não conhece a Zona Franca de Manaus a fundo, o que atrapalha na hora de discutir projetos como o da alíquota unificada de ICMS. "O que falta aos nossos parlamentares é conhecimento, é saber de forma concreta as implicações da medida. Primeiro a quem interessa essa mudança? Quem verdadeiramente se beneficiará dela? Com conhecimento inte-



Serafim Corrêa quer desconstruir mitos sobre a ZFM



Davi Alves de Mello, desembargador presidente do TRT

gral do assunto - discussões em fóruns nacionais da categoria dos auditores fiscais - posso afirmar que a grande maioria dos estados brasileiros, praticamente todos, são contra a medida de acabar com a guerra fiscal", frisou Joaquim Corado.

Já o ex-prefeito de Manaus e auditor fiscal da Receita Federal, Serafim Corrêa, aproveitou seu blog na Internet para sugerir alguns argumentos para a nota técnica

que Governo, Prefeitura e Suframa vão usar para defender o Amazonas na CAE. "Existe o mito de dizer que a renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus no valor de R\$ 22 milhões é feita em favor de Manaus. Mas a verdade é que essa renúncia fiscal é repassada para os consumidores proporcionalmente ao consumo de cada um. Portanto, ela é repassada na razão direta do consumo de cada Estado dos produtos aqui fa-

bricados", argumentou Serafim. Outro mito, segundo o ex-prefeito é o de dizer que São Paulo é o único estado prejudicado com a redução da alíquota. "A verdade é que essa redução de alíquota prejudica também a indústria da Zona Franca de Manaus que adquire insumos de São Paulo e os consumidores de produtos paulistas residentes em Manaus que os adquirem do comércio local", destacou Serafim Correa.

**Blog**

“Joaquim Corado

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS FISCALIS DO AM



**“Para muitos dos estados brasileiros a guerra fiscal é santa, pois traz desenvolvimento. Os governos estaduais, oferecem redução da carga tributária do ICMS para atrair investimentos. O que está por trás desse “interesse” do Governo Federal é a disfarçada vontade de centralização do poder em suas mãos, manietar dos estados brasileiros o poder descentralizado de tributar. Até hoje, o governo federal deve aos estados brasileiros parcelas de transferência da Lei Kandir. A nós, amazonenses, a guerra fiscal não nos afeta. Defender esse projeto é construir inimigos e destruir os estados amigos que tínhamos. Defendemos Zona Franca vai ficar mais complicado.”**

## Motivos para tratamento diferenciado

Hoje teremos a votação, na Comissão de Assuntos Econômicos, dos destaques apresentados quando da aprovação do relatório do Senador Delcídio do Amaral sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 1/2013, originado de proposta do Poder Executivo, que estabelece alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais.

Esse PRS nº 1/2013 visa principalmente eliminar o uso do ICMS pelos estados como instrumento de atração de empreendimentos produtivos, estabelecendo uma verdadeira guerra fiscal que, de forma geral, prejudica e inviabiliza uma política econômica

harmônica entre as Unidades da Federação.

Mas o que causou forte, pesada e contundente, reação por parte do Sudeste foi a exclusão da Zona Franca de Manaus da unificação, permanecendo com a alíquota de 12%, enquanto o Sul e Sudeste passa de 7% para 4%. Alegam que a ZFM tem uma renúncia fiscal muito elevada, entretanto o Sudeste em 2012 teve 48,4% do total de R\$ 145,97 bilhões de renúncia fiscal do Governo, equivalente a R\$ 70,65 bilhões, enquanto o Norte, mais necessitado, ficou com 17,8%, que representa apenas R\$ 26,02 bilhões. O Governo de São Paulo, que comanda o Estado mais

desenvolvido do país, é o mais inconformado com o relatório aprovado, dizendo que nos privilegia. Em vão são as razões que apresentamos e continuamos apresentando, para o tratamento tributário diferenciado da ZFM. Baseados em dados verdadeiros e confiáveis, de entidades de comprovada integridade, justificamos esse tratamento em razão das dificuldades e obstáculos para promovermos o desenvolvimento de uma região que ainda desperta grande cobiça internacional. Nós representamos 18,45% do território nacional e temos apenas 1,59% do PIB brasileiro. Mas, de nada adianta nossas



argumentações, para quem não quer reconhecer a importância do Amazonas e da ZFM para economia da região do Brasil. Arrecadamos em 2012, por causa do modelo, 56,7% dos tributos federais da Região Norte sendo, portanto, exportadores de recursos líquidos para a União no montante de aproximadamente R\$ 6,5 bilhões.

No período de 2003 a 2007 de toda a riqueza gerada pela indústria do PIM, 54,42% tiveram como destino o Governo, enquanto as demais indústrias do restante do País contribuíram com 41,54%. Preservamos a biodiversidade compreendida na conservação de mais de 97,5% da nossa

cobertura florestal. O nosso modelo econômico é uma estratégia geopolítica de ocupação desta rica região, por brasileiros.

Se realizado de forma planejada e com os cuidados ecológicos necessários, a permanência do modelo, com as vantagens comparativas existentes, ensejará o aproveitamento da biodiversidade da flora e da fauna, com capacidade de gerar negócios avaliados em milhares de dólares. Portanto, merecemos sim o tratamento diferenciado para irradiarmos o desenvolvimento para a carente região da Amazônia Ocidental como forma de preservar seu ecossistema.

Manaus, terça-feira, 7 de maio de 2013.

## Inflação no País preocupa FMI

NOVA YORK (AE) A inflação brasileira volta a ser destaque em um documento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Enquanto a pressão para a alta dos preços parece contida em boa parte da América Latina, o Brasil e o Uruguai são citados como exemplo de países onde a inflação ainda é um problema.

A recomendação é que as políticas monetárias sejam flexíveis o suficiente para garantir alta de juros quando necessário, destaca o relatório Perspectiva Econômica Regional para o Hemisfério Ocidental, divulgado ontem.

Já os países da região com expectativas bem ancoradas para

a inflação podem usar a redução dos juros como uma forma de reaquecer a economia em caso de necessidade. A inflação vem caindo desde meados de 2012 em países como Chile, Peru e Colômbia e em certa medida também no México, por conta da moderação de preços de alimentos e energia. Os índices de



Inflação voltou a fustigar com mais força o bolso dos brasileiros este ano

inflação devem ficar dentro da meta nestes países e as expectativas estão bem ancoradas.

Já o Brasil e Uruguai são exceções, enquanto a Venezuela é um caso à parte, como projeção de inflação em 28% este ano. No Brasil, as razões apontadas pelos economistas do FMI para a alta da inflação são as mesmas que vêm sendo citadas pelo Banco Central. Alta dos salários, aumento dos preços de alimentos por causa das secas e oscilações no câmbio. Para os trabalhadores brasileiros, o FMI destaca que os salários tiveram em alguns casos aumento maior que a produtividade.

### Cartas

**EMAIL**  
cartas@acritica.com.br

**ICMS**  
**Base aliada 'traiu'**  
**Dilma no Amazonas**

A presidente Dilma Rousseff disse sim ao pleito do Amazonas sobre ICMS. Só que ela esqueceu de combinar com sua base comprada. Se a base não concordar, estamos fritos. Esse filme já vimos na época da votação dos royalties. Dilma Rousseff queria uma coisa e a base alugada, desalugou-se momentaneamente, e votou contra a própria Dilma. É preciso ficarmos atentos. Falta um parlamentar que pelo me-

nos saiba berrar.  
✉ JULIO RODRIGUES CORREIA  
MANAUS - AM

**'DA VERDADE'**  
**Comissão tem**  
**deixado a desejar**

A Comissão da Verdade criada para apurar a verdade nas torturas e mortes, durante a ditadura militar, tem deixado a desejar. Quer empurrar o resultado da investigação para o final de seu prazo de dois anos. A impressão que dá é a mesma daqueles que querem apartar a briga entre duas pessoas. O deixa disso, dei-

**FAX**  
(92) 3643-1234

xa prá lá. Se essa investigação fosse pra valer, os patrões de O Globo, Estadão, Folha de S. Paulo teriam muitas contradições a revelar: o apoio ao golpe (origem de seus DNAs golpistas), benesses recebidas, que consolidaram seus impérios e monopólios nos meios de comunicação, hipocrisia com censura, etc. Entretanto, por mais que a Comissão pise em ovos, a exumação do corpo de João Goulart e a convocação do Gal. Ustra (notório comandante de torturador), para o dia 10 de maio, pode adicionar fatos relevantes à verdade.

✉ ANTONIO NEGRÃO DE SÁ  
RIO DE JANEIRO - RJ

**ENDEREÇO**  
Avenida André Araújo, 1924  
A, Aleixo. CEP 69060-001

**ATÉ 2014**  
**Preparação para**  
**Copa e tumulto**

Tivemos 4 anos para fazer as devidas obras... Agora, na véspera querem fazer alguma coisa? Não vou culpar o atual prefeito e sim os vereadores e a oposição, que não cobraram da gestão anterior. Agora vão começar aprovar licitações de obras com valores absurdos sob alegação da urgência!

✉ SILVA  
INTERNAUTA DO PORTAL  
ACRITICA.COM

> CARO EDITOR

**'Tempo teve de sobra'**

Sobre a matéria que mostra os tumultos que as obras pré-copa vão causar, penso que, infelizmente, o que se vê é o descaso com o contribuinte, a falta da administração do poder público ficará evidente para o mundo. Houve tempo suficiente para o preparo da cidade, mas, alguns governantes só o utilizaram para se promover. O sr

Amazonino simplesmente não fez nada! A cidade encontra-se um buraco só e o sr. Arthur diz que só vai asfaltar as principais vias. Ninguém fala nada e tudo vai bem. Hoje, você só é eleito por obrigatoriedade e força da lei, e não pela democracia. Votar só é bom para o político!

✉ FRANC  
INTERNAUTA DE ACRITICA.COM

> CARO LEITOR

**A frustração do leitor com mandatários de cargo no Executivo é justa e representa o pensamento de parcela da população. Afinal, não se traduz, na prática, o que se promete na propaganda eleitoral. Em Manaus,**

**a frustração aumentou nos últimos quatro anos. Mas não podemos esquecer: quem vota é o povo.**



ANDRÉ ALVES  
DA EQUIPE DE ACRÍTICA

**POLÍTICA**> Ivânia Vieira: politica@acritica.com.br **ECONOMIA**> Carlos Branco: economia@acritica.com.br **MUNDO**> Ajuricaba Almeida: ajuricaba@acritica.com.br **BRASIL**> Carla Yael: nac: inter@acritica.com.br **CIDADES**> Gerson Severo Dantas: cidades@acritica.com.br **BEM VIVER**> Omar Gusmão: bemviver@acritica.com.br **CRAQUE**> Leanderson Lima: craque@acritica.com.br **CONTROLE DE QUALIDADE**> Edmilton Neves: edmito@acritica.com.br **FOTOGRAFIA**> Clóvis Miranda: fotos@acritica.com.br

**CAPA**

# Amazonas se arma para a votação decisiva, hoje, na 'guerra do ICMS'

▼ Governador Omar Aziz, prefeito Arthur Neto, bancada federal e líderes empresariais tentam manter vantagem da ZFM no projeto de equalização do ICMS. São Paulo quer barrar benefício. **POLÍTICA PÁG 5**

## Editorial

### Robin Hood às avessas

**A**o investir contra a Zona Franca de Manaus, o governo paulista age como um Robin Hood às avessas. O lendário justiceiro, que roubava dos ricos para dar aos pobres, agia em causa nobre, porém, perante a lei, era um criminoso. São Paulo não chega a esse nível, obviamente, mas também não seria exagero considerar um roubo subtrair do Amazonas vantagens fiscais

nas quais se sustenta a economia da Amazônia. Qual o interesse de quem já tem muito querer um pouco mais e tirar justamente do menos favorecido?

É inegável que, sem os incentivos tributários, o produto básico da Amazônia seria a madeira. Para isso, a floresta seria posta abaixo. Em seguida, o contrabando da biodiversidade faria a alegria dos laboratórios estrangeiros. O garimpo ilegal completaria a nova economia amazônica sem a renúncia tributária. Um cenário pessimista, mas não muito longe da realidade.

Na reta final para a apreciação dos 14 destaques sobre a matéria que altera a

**Sobressai o olhar hegemônico** do Estado líder da economia. Só é bom para o País se for bom para São Paulo.

cobrança das alíquotas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobressai uma faceta bem clara do pensamento hegemônico que o Estado líder da economia brasileira tem sobre o pacto federativo. Só é bom para o País se for bom para São Paulo.

Durante as últimas duas semanas, uma vigorosa

**Acabar com a guerra fiscal** favorece o Amazonas, mas não pode tratar desiguais de forma igual.

campanha aberta por parlamentares e líderes empresariais miraram as vantagens comparativas que asseguram a permanência de empresas no Polo Industrial de Manaus e garantem receita própria ao Amazonas.

A minirreforma tributária apresentada por iniciativa do governo federal contemplou a vantagem de 12% para a Zona

Franca de Manaus nas operações interestaduais para produtos industrializados no PIM. A medida segue a filosofia do modelo criado para integrar parte a Amazônia Ocidental ao País, ao oferecer uma alternativa econômica que evitou a degradação do rico ecossistema regional. Nos dados mais recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Amazonas está atrás de Mato Grosso e Rondônia no desmatamento.

A iniciativa para acabar com a guerra fiscal favorece o Amazonas, mas não pode tratar desiguais de forma igual, como quer São Paulo, sob pena de enfraquecer o federalismo.

## Claro & Escuro

### Combate ao 'predador' para evitar novos alvos periféricos

o embate pela alíquota diferenciada do ICMS em 12%, o prefeito Arthur Neto e o governador Omar Aziz apelarão aos senadores do Nordeste e Centro Oeste. Alegarão que as regiões também são discriminadas e a união de forças é oportuna nesses casos. Arthur definiu São Paulo como "um estado predador". Conforme o prefeito de Manaus, se hoje o alvo do predador é o Amazonas, amanhã poderá ser qualquer um desses Estados das chamadas regiões periféricas. Contra o argumento de paraíso da renúncia fiscal atribuída à ZFM pelo governo paulista, Omar e Arthur pretendem contra-atacar com fatos. Um deles é o dado da Receita Federal que atesta R\$ 21 bilhões de renúncia no Norte em 2012 e R\$ 60 bilhões no Sudeste. A excepcionalidade do modelo é, portanto, essencial para a economia da Região Norte, já isolada social e geograficamente.

#### Forte aliado

Arthur Neto e Omar Aziz também conversaram com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Presidenciável, Campos é um forte aliado na defesa da Zona Franca de Manaus.

#### Resistência nortista

A estratégia à investida paulista, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tenta compensar a resistência dos senadores do Pará, Rondônia, Acre e Amapá em apoiar o modelo econômico amazônico. Na Região, apenas Roraima se mostrou favorável ao Amazonas.

#### Visão equivocada

O secretário de Fazenda do Estado, Afonso Lobo, e o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, vão assessorar Omar e Arthur. Estão munidos de relatórios que contradizem informações publicadas recentemente na imprensa paulista. Lobo e Nogueira apontaram erros factuais, omissões e interpretações que podem levar a uma visão equivocada da ZFM.

#### Compras estranhas

Logo após a posse, em janeiro, prefeitos do interior do Estado se queixaram dos cofres vazios e da situação de calamidade das prefeituras. Passado o calor da choradeira, alguns repetem os mesmos erros. O Diário Oficial está cheio de casos de compras estranhas. Tudo no "bom" e velho assistencialismo.

#### Combate aos abusos

O Detran-AM dá o bom exemplo ao intensificar as blitz da 'Lei Seca' em Manaus. Só assim para reduzir o número de acidentes provocados pela mistura - álcool-volante.

#### 'Quebra-molas'

Entre os serviços malfeitos pela administração passada e que precisam ser refeitos está os remendos dos pavimentos sobre viadutos e passagens de nível de Manaus. Em alguns, os 'consertos' mais parecem quebra-molas.

#### Pista precária

No Viaduto Gilberto Mestrinho, no bairro Coroado, falhas nas

emendas e asfalto solto 'lombadas' e ondulação representam risco de ac

#### Espera da tortura

A falta de médico no Ari geral, na rede pública e na privada. Mesmo na p a consulta com determi especialistas pode dem de uma semana. Para q doente, a espera é uma verdadeira tortura.

#### Perguntar ofende

Quando que o Program Estadual de Proteção e Orientação do Consum Amazonas (Procon-AM voltar a fiscalizar a aplic 'Lei das Filas' na rede b Em muitos deles, as má senha sequer funcionar

#### Acesso à leitura

O deputado estadual Ari Bisneto apresentou dor de lei que facilitam a ed dos deficientes visuais. l a inclusão de livros digit áudio book e impressos nos acervos das bibliote Outro obriga as editorar Estado a disponibilizar s edições em formato dig

## Omar, Arthur e parlamentares fazem ofensiva em favor da Zona Franca

TEXTO Alisson Castro e Rosana Villar  
FOTO Divulgação/Semcom

MANAUS

Uma força-tarefa formada pelo governador do Estado Omar Aziz, o prefeito de Manaus Arthur Neto, além do superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, parlamentares e secretários realizou reuniões com senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

A intenção é convencer os parlamentares a manter o alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 12% para o Estado do Amazonas, medida que beneficia a Zona Franca de Manaus. A reforma do ICMS será votada hoje na comissão.

A 'força-tarefa' do Amazonas defende que seja mantida uma proposta do governo federal de manutenção do percentual para o Estado. Parlamentares de São Paulo defendem o estabelecimento de duas alíquotas apenas, de 7% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de 4% para Sul e Sudeste.

Hoje os encontros com os membros da Comissão continuam e os representantes do Estado acompanharão a votação do Projeto de Resolução (PRS) 1/2013, que unifica gradualmente as alíquotas de ICMS interestadual e mantém a alíquota de 12% para o Amazonas.

O governador Omar Aziz (PSD) disse estar otimista quanto à votação de hoje. "A tendência é bem favorável ao Amazonas. Há uma compreensão por parte dos senadores que a competitividade da Zona Franca de Manaus deve ser mantida. Nós fizemos algumas visitas, nos gabinetes, para explicar tecnicamente a importância do modelo e da indústria no nosso Estado. Eu estou muito confiante que essa união de forças representa a luta pelo modelo econômico



**FRENTE DE AÇÃO**  
"Força-tarefa" do Amazonas mantém articulação hoje, antes da votação na CAE

O prefeito de Manaus, **Arthur Neto (centro)** e o governador **Omar Aziz (d)** explicam ao senador Cristovam Buarque a importância de manter a alíquota do ICMS em 12% para o Amazonas

que temos no Amazonas", afirmou.

O prefeito Arthur Neto criticou duramente o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). "O governo de São Paulo fala inverdades sobre a Zona Franca de Manaus quando a coloca como vilã. O Estado de São Paulo é tão egoísta que acha que quando uma indústria deixa

São Paulo é como se estivesse deixando o País", afirmou.

Durante o encontro com os senadores da CAE, a comitiva do Amazonas utilizou argumentos detalhados em uma nota técnica elaborada por técnicos do Governo do Amazonas e da Suframa.

No estudo constam dados para desmistificar impressões equivocadas sobre a renúncia

fiscal no Amazonas. No documento, os números mostram que o Estado é o que mais arrecada tributos federais entre os demais da Região Norte. Em 2012, o Amazonas arrecadou R\$ 8,9 bilhões em impostos para a União, o equivalente a 56,74% do total do Norte. Os demais Estados da região arrecadaram no mesmo período R\$ 6,8 bilhões.

Dos R\$ 8,9 bilhões em tributos pagos à União, o Amazonas recebeu de volta, em transferências compulsórias, R\$ 2,3 bilhões (28,31%). "Portanto, a Zona Franca de Manaus é um mecanismo de superação das desigualdades regionais, pois os recursos nela gerados são empregados em todo o País, através do governo federal", diz a nota.

### FRASE



#### Omar Aziz.

A tendência é bem favorável ao Amazonas. Há uma compreensão de que a competitividade da Zona Franca de Manaus deve ser mantida"

### EXPECTATIVA

## Representantes da indústria estão confiantes

Representantes da indústria e do governo do Estado estão confiantes quanto à aprovação do Projeto de Resolução do Senado que trata da reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na forma em que está, que assegura a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus (ZFM), com alíquota de 12%. O parecer apresentado pelo relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio Amaral (PT/MS), será votado hoje, às 11h, pela Casa. A bancada de São Paulo, entretanto, promete realizar uma 'força-tarefa' para tentar impedir

que a proposta de três alíquotas seja aprovada. O Estado defende que o Amazonas seja enquadrado na alíquota de 7%, juntamente com o Nordeste, Centro-Oeste e os outros Estados da Região Norte. Pelo projeto, os Estados do Sul e Sudeste teriam alíquota de 4%. Na tarde desta segunda-feira, o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, esteve reunido com representantes da bancada do Amazonas em Brasília para discutir como a reforma do ICMS afetará a competitividade e sobrevivência do modelo.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, afirmou que, se aprovado como está, o projeto garante a competitividade da ZFM e que o setor está confiante quanto à confirmação. "Todos os representantes da indústria estarão lá, juntos com toda a bancada federal, para torcer pela aprovação. Temos que lutar pelos 12%, para que seja feita justiça", disse. Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, a disputa política será acirrada, mas o assunto foi bem defendido no Senado.

## Aeroporto de Manaus começará a liberar cargas 24 horas por dia

TEXTO Luis Motta  
ARTE Victor Rodrigues

### MANAUS

O desembaraço de mercadorias no Terminal de Logística de Cargas (Teca) do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes vai operar durante 24 horas, de domingo a domingo, a partir de 15 de maio, informou a Secretaria de Aviação Civil (SAC). A mudança que agilizará a liberação de cargas é comemorada pela indústria local. O tempo médio de liberação de mercadorias no aeroporto de Manaus é de cinco dias.

A decisão da SAC, via Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), vale também para os aeroportos de Guarulhos, Viracopos, ambos em São Paulo, e Galeão, no Rio de Janeiro. Juntos, os quatro aeroportos respondem por 76% do movimento de cargas do País, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). A medida vai permitir um ganho anual superior a 1,7 milhão de toneladas de movimentação de cargas, um aumento de 121,4% na comparação com 2012, aponta o estudo.

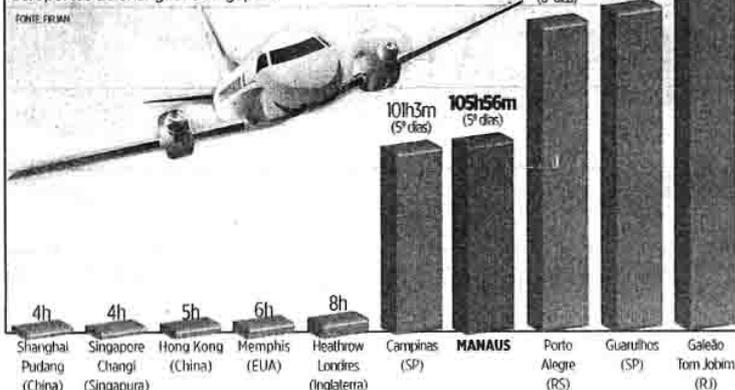
A indústria do Amazonas comemora, pois a liberação de cargas em Manaus leva, em média, cinco dias. "Apesar do marítimo (transporte) ainda ser a grande alternativa pelo custo mais baixo, essa mudança é muito importante para o escoamento e recebimento de produtos", avalia o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva. O modal aéreo é responsável por 35% a 40% do transporte de cargas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Para Silva, vai haver uma melhoria significativa na operação de carga e descarga.

A preocupação é se os órgãos terão funcionários suficientes para operar 24 horas durante todos os dias da semana, como determinou a SAC.

"O grande problema aqui

### AEROPORTOS

A liberação de cargas no Galeão - Tom Jobim demora, em média 54,3 vezes mais que nos aeroportos de Shanghai e Singapura



### FRASE



**Antonio Silva.**

Presidente da Firjan

Apesar do marítimo (transporte) ainda ser a grande alternativa pelo custo mais baixo, essa mudança é muito importante para o escoamento e recebimento de produtos."

em Manaus é o pessoal. O que vai acontecer é que se cria regra, mas não se modifica a infraestrutura", ressaltou o diretor-executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Ronaldo Mota.

"Se tiver uma liberação de carga com horário disponível

diferente do que se tem hoje, as empresas terão tranquilidade para saber que tem uma carreta chegando com mercadoria de madrugada", reforçou Mota.

O segmento que terá maior vantagem com a operação é o eletroeletrônico, que opta pelo modal aéreo em função do alto valor agregado dos produtos. Celulares, CDs, DVDs e relógios são as mercadorias essencialmente transportadas via aeroportos. Segundo Mota, as empresas consideram que o meio rodoviário é mais vulnerável a furtos.

A mudança vai alterar o horário de funcionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Receita Federal, Polícia Federal, Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), além da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

O inspetor da Alfândega da Receita Federal no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Douglas Coutinho, informou que o órgão está aguardando as instruções nacionais

para saber como a alteração ocorrerá em Manaus. Segundo ele, a Alfândega já tem uma equipe de plantão 24 horas nos sete dias da semana que realizam desembaraço de cargas prioritárias como perecíveis, cargas urgentes, urnas funerárias e órgãos para transplantes. Segundo a Receita, 91% das Declarações de Importação foram desembaraçadas em menos de um dia útil em 2012. A média em horas é de 18,7 horas corridas.

"Se o funcionamento em horário estendido da Aduana for necessário para melhorias no fluxo do comércio exterior, certamente será uma medida adotada pela Receita Federal", disse Coutinho, salientando que reuniões locais estão sendo realizadas com representantes dos órgãos envolvidos e também do empresariado local.

Por meio de nota, a Infraero informou que já atua 24 horas em algumas etapas do processamento de cargas e que com a determinação da secretaria, o Teca adequará o efetivo para realizar a entrega das cargas.

EDUARDO GOMES

*Demora é 25 vezes maior que da China*

O estudo da Firjan aponta que o tempo de liberação de cargas no aeroporto de Manaus é 26,5 vezes maior do que em Shanghai Pudong, na China, onde as mercadorias são liberadas em quatro horas. Segundo a Firjan, o aeroporto chinês opera todos os dias durante 24 horas, incluindo feriados. Já no aeroporto norte-americano de Memphis, o tempo de liberação é de seis horas. No aeroporto de Heathrow, na Inglaterra, o mais lento dos aeroportos internacionais analisados, o processo demora 8h. O estudo resalta ainda que os custos de armazenagem e de capatazia (movimentação) são cobrados em percentuais sobre o valor da carga. Considerando um tipo de carga de alto valor, o percentual é de 1,10% do valor da carga até cinco dias úteis de armazenagem. Se o tempo vai de seis a dez dias úteis, o percentual passa para 1,65% e de 3,30% para o período de 11 a 20 dias úteis. De acordo com a Firjan, o funcionamento 24 horas dos órgãos nos aeroportos traria ganhos para a competitividade brasileira. Estimativas da Federação e do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros indicam que estas medidas podem reduzir em até 75% o tempo de liberação de cargas nos aeroportos.

### OS NÚMEROS

27,4

mil toneladas foram transportadas por via aérea no primeiro trimestre de 2013, segundo balanço da Infraero. Nova medida deve elevar em 121,4% o volume embarcado no terminal de Manaus.

## CAPA

**Dona Dilma prometeu a Omar que a Zona Franca é compromisso dela**



**O problema é que o Congresso não pensa assim**

# ZFM ESTÁ ANDANDO NO FIO DA NAVALHA

## Fala Sério

### Intimidade e cumplicidade

Testemunhas que assistiram a longa conversa do governador Omar Aziz com a presidente Dilma nessa sexta-feira, 3 de maio, ficaram impressionados com a intimidade e a cumplicidade da presidente com o governador. “Zona Franca é compromisso meu, governador!”...e



“o povo do Amazonas haverá de reconhecer seu gesto, presidenta!”.

### Amadrinhamento vital

É claro que Dilma não é dona do Congresso, nem interfere no governo de São Paulo, onde Alckmin é intransigente e com quem ela já havia conversado no dia anterior. E para quem repetiu a frase dita a Omar sobre a ZFM. Mas seu amadrinhamento é essencial.

### Navegação complicada

O preocupante de toda essa estória é a fragilidade e despreparo da bancada, a ausência da maioria e a ambiguidade de condutas que descreve o desempenho dos envolvidos. Defender a ZFM e brigar por interesses pessoais na mesma castra complica a navegação.

### Nos EUA

A presidente Dilma não gostou de saber que no meio da confusão da ZFM e do imbróglio doméstico com a MP dos Portos o senador Eduardo Braga resolveu tirar umas férias nos Estados Unidos. No mínimo, o simbolismo do gesto deixou interrogação e desagrado em sua mente.



## Fala Sério (continuação)

### Quarto senador

Assim, segundo rumores do Palácio do Planalto, fica difícil esvaziar o boato de que Braga tem-se transformado no quarto senador do Pará, sua terra natal, onde pretende apoiar os tucanos para o projeto de uma área de livre comércio em Barcarena, a Zona Franca do Pará.



### Dever de casa

Enquanto isso, Omar segue no dever de casa: na sexta-feira, antes de conversar com Dilma, inaugurou a nova sede do Núcleo Superior da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Presidente Figueiredo. Lá anunciou a construção de um Centro de Educação de Tempo Integral (Ceti) no município, além de investimentos em infraestrutura.

## NINGUÉM MERECE!

- As finanças estão escassas, mas Omar assinou convênio da ordem de R\$ 2,1 milhões na área de piscicultura. O município fornece alimentos com peixe vindo de Roraima.

- Omar Aziz pretende ampliar a quantidade de cursos da instituição no município, além de implantar mais 14 núcleos da UEA em outros municípios do Estado.

- "Quero dobrar a quantidade de cursos oferecidos aqui e aumentar significativamente o número de alunos... não há legado mais importante!".

- São R\$ 9.512.525,17 de investimentos na Educação. A UEA mantém atualmente no município cursos de Ciências Econômicas, Tecnologia em Produção Pesqueira, Tecnologia em Gestão Pública e Bacharelado em Saúde Coletiva, com cerca de 180 estudantes matriculados regularmente.

Manaus, terça-feira, 7 de maio de 2013.

## Zona Franca está sob o fio da navalha

Esta semana é mais uma oportunidade da onça beber água. Dona Dilma prometeu a Omar que a Zona Franca é compromisso dela, mas a nova ameaça à sobrevivência da Zona Franca de Manaus tem provocado reações desencontradas, mobilizações extemporâneas, e saídas improvisadas que sugerem que chegaremos a lugar algum. Estamos na boca do furacão monitorado e alimentado pela canalha paulista. Alckmin e Suplicy, governador tucano e senador pelo PT, estão aliados para implodir o modelo. Bandeirante é assim, querem tudo e o resto, porque haveria de mudar? Estamos pagando o preço da preguiça e de fazer o dever de casa, para reduzir paulatinamente a dependência fiscal. Ninguém precisava nos dizer que é hora de repensar a Zona Franca, nem desferir golpe de intimidação e de distorção como se aqui estivessem instalados oportunistas de ocasião. Temos que lutar contra a canalha e o relógio.

*(c) Dilma protege mas o Congresso pressiona*



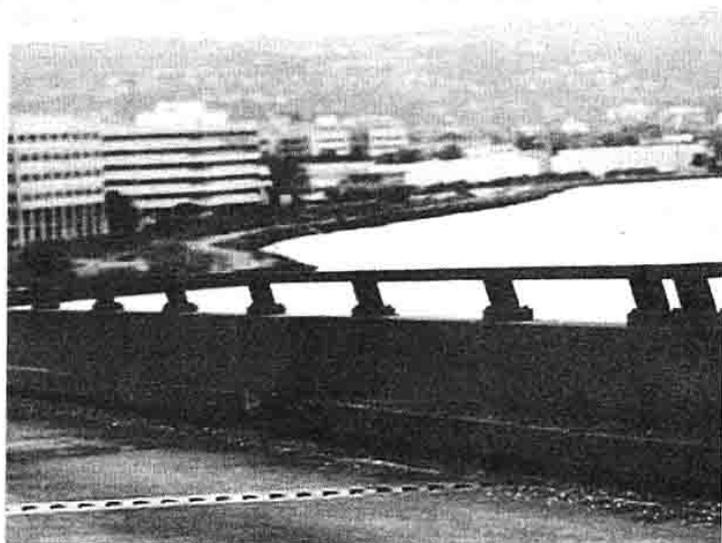
## Planejamento e infra

Qualquer outra iniciativa precisa ser seguida de planejamento estratégico e custeio da infraestrutura, e só faz sentido promover novos mecanismos de isenção fiscal dentro de uma articulação técnica e política que leve em conta a vocação de negócios de cada micro ou sub-região. Na região de Benevides, no Pará, para dar um exemplo, uma empresa de cosméticos emprega

2500 famílias para coleta e beneficiamento de espécies oleícolas para substituir a soda por óleos vegetais. O Pará é pioneiro, diga-se de passagem, em refinaria de óleo vegetal, de palma, e decolaria definitivamente sua vocação bioindustrial no setor se contasse com benefícios fiscais similares à ZFM. Complicado é fomentar concorrência regional no modelo de isenção fiscal.

## Zona Franca está sob o fio da navalha (continuação)

# Engolindo mosca



São mais de quatro décadas de luta para manter praticamente intacto um patrimônio genético que qualquer país desenvolvido já teria transformado em almoxarifado vivo e dinâmico de respostas às demandas da Humanidade de alimento, energia, fármacos e cosméticos, com inteligência e responsabilidade ambiental. Os empreendedores aqui instalados têm feito sua parte, não apenas com a contrapartida financeira das compensações fiscais para os programas de Pesquisa e Desenvolvimento, de Turismo e custeio das cadeias produtivas através da Agência de Fomento, AFEAM, cujo relatório de 2012 traz avanços substantivos e convites explícitos de continuar investindo neste caminho promissor os dividendos do modelo Zona Franca de Manaus.

# Fator eleitoral

A decisão, porém, é política, escapa às funções e responsabilidades dos empreendedores, a quem cabe se manifestar apenas e sempre quando as decisões envolverem seus empreendimentos e compromissos daí decorrentes. É o caso da proposta política de ampliar Áreas de Livre Comércio-ALC pelos estados da Amazônia, defendida pela bancada como uma estratégia de ampliar o leque de apoio à ZFM que, a rigor é uma ALC, e que está estruturada dentro de um projeto estratégico de ocupação, zelo e guarda do patrimônio amazônico. Partilhar esse mecanismo merece atenção e prudência, posto que assim colocado pode fragmentar as premissas que dão sustento ao modelo original.



de cosméticos - emprega - modelo de isenção fiscal.

## Biópolis, a saída

A integração estratégica da região era a premissa sagrada da BioAmazônia, uma empresa mista criada simultaneamente ao Centro de Biotecnologia da Amazônia, na virada do Século, que integraria em rede os laboratórios de pesquisa em biodiversidade de todo o país, da Mata Atlântica, passando pelo Cerrado, incluindo o Pantanal e integrando tudo ao bioma amazônico. Um nacionalismo vesgo, à época, tratou os primeiros projetos em parceria com empresas estrangeiras - para a produção de fármacos para enfrentar as mazelas tropicais: malária, hepatites, dengue, entre outras - como biopirataria explícita, pela entrega aos laboratórios estrangeiros dos princípios ativos da floresta. A gritaria foi competente e eficaz para abortar tais projetos. Expulsos do país acabaram por instalarem-se em Singapura, onde foi criada uma Biópolis, que produz alguns dos medicamentos que o Ministério da Saúde compra para atenuar algumas doenças da região, as mesmas aqui referidas. Uma agência público-privada foi criada e desde então organiza e coordena pesquisas e negócios do setor <http://www.a-star.edu.sg/>, com a participação e captura permanente dos grandes talentos em biotecnologia do planeta.

## Verbas contingenciadas

Os estados vizinhos que começam a levantar-se contra a Zona Franca de Manaus são os mesmos que recebiam parte dos recursos da Suframa, as taxas pagas pelas empresas aos serviços prestados pela autarquia. Esses recursos eram destinados às atividades geradoras de emprego, frequentemente financiavam infraestrutura e serviam para manter as bancadas minimamente articuladas em torno da ZFM. Faltou dizer a elas que a maior parte (quase 55%) dos resultados alcançados pelos benefícios fiscais, ou seja, a riqueza produzida por empresas industriais na Zona Franca de Manaus (ZFM), são destinados ao governo central. Quem demonstrou isso, Faculdade de Economia e Administração e Economia da Universidade de São Paulo, nada tem a ver com a ZFM ao demonstrar que da riqueza aqui produzida 54,42% vão para o governo, 27,28% são distribuídas entre os empregados e apenas 1,82% ficam com os proprietários das empresas. Em compensação, no restante do País o governo recebe 41,54% de toda a riqueza produzida, os empregados ficam com 36,31% e os empresários com 6,44%.

## Manaus será ligada a Guiana Inglesa

⌚ *Governo da Guiana está com dois grandes projetos de integração com o Brasil. O primeiro permite a ligação terrestre entre Manaus e o porto de Georgetown*

Uma comitiva do governo da Guiana Inglesa, liderada pelo diretor executivo do Comércio e Indústria nacional, Winston Brassington, esteve nesta quinta-feira (2), na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para discutir alternativas logísticas para a integração dos países com vistas às relações comerciais a partir da rota Manaus-Georgetown.

A reunião faz parte dos trabalhos do subgrupo de Infraestrutura Brasil/Guiana, firmado a partir de um acordo de intenções entre os presidentes de ambos países cujo propósito é levantar as possibilidades logísticas de integração entre Brasil e Guiana. Participaram ainda da reunião representantes do Itamaraty e do Ministério dos Transportes.



### Projetos de integração

Brassington informou que o governo da Guiana está com dois grandes projetos de integração com o Brasil. O primeiro permite a ligação terrestre entre Manaus e o porto de Georgetown. Para isso, é necessária a pavimentação de uma estrada de aproximadamente 450 quilômetros, que liga as cidades de Lethem, fronteira com o Brasil, a Linden. De acordo com o diretor, de Linden até o porto de Georgetown, a rodovia, de cerca de 100 quilômetros, já está pavimentada. O porto de Georgetown atualmente recebe embarcações com até 5 metros

de calado, com um tráfego de aproximadamente 60 mil contêineres por ano.

“Assim como Manaus, importamos bastante. A maioria dos contêineres vem dos Estados Unidos e fica em tráfego na Jamaica”, explica Brassington. O segundo projeto é a construção de um porto de águas profundas em New Amsterdam, a 150 quilômetros de Georgetown. A previsão do governo da Guiana é de iniciar o projeto da rodovia em 2014, com uma previsão de término em dois anos. Iniciada a rodovia, seria dado início a efetivação do projeto do porto.

## Geração de emprego e renda

O superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira, recebeu a comitiva apresentando o modelo Zona Franca de Manaus e a importância do Polo Industrial de Manaus (PIM) como alternativa socioeconômica e ambiental, ao gerar emprego, renda e ainda contribuir para a manutenção da vegetação nativa do Estado do Amazonas, ao oferecer uma alternativa econômica que não devasta a floresta. “O Amazonas é um exportador líquido de capital federal. O Estado reco-

lhe 53% dos tributos federais, o equivalente a cerca de R\$ 9 bilhões e fica apenas com R\$ 2,5 bilhões desse valor, portanto a ZFM é uma solução econômica para o Brasil”, afirma o superintendente.

Nogueira frisou, ainda, as questões logísticas que envolvem o PIM, tanto para a aquisição de insumos, quanto para o escoamento da produção. “Esse diálogo com a Guiana passa também por um interesse da ZFM alinhado ao governo federal.

